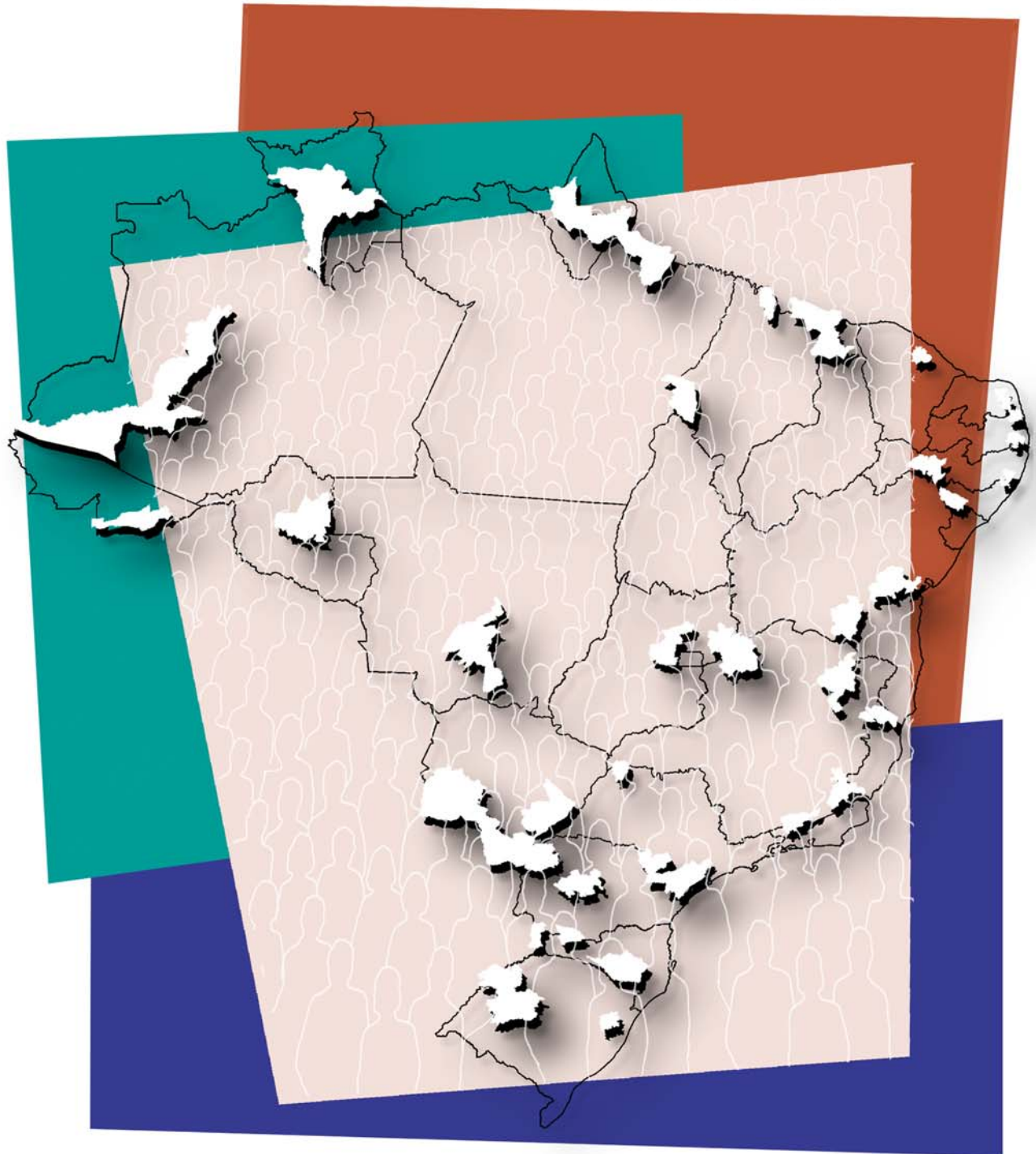


CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL



CADERNOS **consad 2**

CONSAD e Economia Solidária

Cadernos CONSAD nº 2

CONSAD e Economia Solidária

IBAM - 2003

CONSAD e Economia Solidária

IBAM

Mara Darcy Biasi Ferrari Pinto
Superintendente Geral

Ângela Maria Mesquita Fontes
Superintendente
Área de Desenvolvimento
Econômico e Social

Equipe Técnica do IBAM

Luiz Penna Franca
Doutor em Engenharia de Produção
Coordenador do Projeto

Gil Soares Junior
Pós-graduado em Administração Pública
e Economia Empresarial

Daniel de Pinho Barreiros
Doutorando em História Econômico-Social

Pedro Nogueira Gonçalves Diogo
Mestre em Geografia

Kátia Silva
Geógrafa

Apoio Administrativo

Flávia da Silva Lopes
Secretária

Paulo Felício
Projeto Gráfico

MDS

Patrus Ananias de Souza
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Social e
Combate à Fome

José Giacomo Baccarin
Secretário Nacional de
Segurança Alimentar e Nutricional

Marcos Dal Fabbro
Departamento de Apoio a
Projetos Especiais

Equipe Técnica

Adroaldo Quintela Santos

Antonio Carlos Carneiro Leite

Euclides André Mance (Consultor)

Geovanete de Jesus Oliveira

Jaciane Pimentel Milanesi Reinehr

Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

A formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD é parte integrante da estratégia do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas no país. Tal estratégia busca a segurança alimentar daquelas populações, através de mudanças estruturais no plano social e econômico, se enquadrando no âmbito dos objetivos estruturais perseguidos pelo Programa Fome Zero.

O CONSAD terá, como objetivo maior, tornar permanente a articulação entre o poder público e a sociedade civil para a promoção de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, de forma institucionalizada, visando prioritariamente integrar na esfera da produção, comercialização, consumo e crédito o conjunto da população que vive em condições precárias de alimentação.

Caracteriza-se como uma nova institucionalidade que busca proporcionar uma esfera público-privada ampliada, provida de instrumentos de interlocução política, tomada de decisão colegiada, bem como de operacionalização das ações pactuadas em cada região. O CONSAD tem importante papel a cumprir como agente institucional encarregado da promoção e execução de projetos, concebidos de forma pactuada entre a sociedade civil e o poder público, fornecendo apoio técnico e aval institucional na obtenção de recursos junto a parceiros estaduais, nacionais e internacionais.

Desse modo, o CONSAD constitui uma modalidade eficiente de cooperação entre o poder público e a sociedade civil para que juntos possam discutir, planejar, decidir e implantar ações voltadas para a segurança alimentar, o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida das populações envolvidas. A concepção do CONSAD fortalece as iniciativas e projetos preexistentes que já atuam sob a lógica do desenvolvimento local nos territórios por ele abrangidos.

Sumário

1. A Economia Solidária	5
2. Construção e Fortalecimento do Circuito Econômico Solidária	8
3. Consolidação Estratégica do Empreendimento Econômico Solidário na economia formal	11
4. Instrumentos e Parceiros	16
Bibliografia	36

1. A Economia Solidária e o CONSAD

Uma nova opção estratégica de desenvolvimento

As ações do CONSAD devem levar em conta a idéia de que a economia solidária é uma *opção estratégica de desenvolvimento*. Esta é uma noção que deve estar presente, de um modo transversal, em todas as ações empreendidas neste sentido. Não se trata de compreendê-la como um instrumento de amenização das crises de emprego formal decorrentes da instabilidade da economia capitalista nos últimos 30 anos, mas como uma alternativa de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Economia Solidária e crise do emprego

A questão do emprego em países industrializados agravou-se nos anos 90 com as aberturas comerciais e com as respectivas respostas dos governos e empresários capitalistas a este desafio, baseadas na reestruturação produtiva, nas reformas gerenciais e na “racionalização” de processos produtivos, de gestão e comercialização. A “crise do emprego” nos dias de hoje assumiu uma dimensão estrutural, e a economia solidária pode responder a este desafio criando não somente uma alternativa de subsistência, mas uma nova mentalidade empresarial em que o trabalhador se converte em proprietário, gestor e inovador.

Economia Solidária como gerador de trabalho e renda sustentáveis

Nos últimos anos a economia solidária vem assumindo uma nova dimensão, tornando-se muito mais que um caminho alternativo de subsistência para populações que não encontram inserção no sistema de emprego de mão-de-obra capitalista. Em certas experiências latino-americanas, a economia solidária está evoluindo da sua condição de “salva-vidas” para a de eixo de desenvolvimento gerador de trabalho e renda, dinâmico e auto-sustentável. Verifica-se a transformação de iniciativas de subsistência em empreendimentos com níveis de geração de excedentes que permitem seu crescimento endógeno, auto-sustentado, através do reforço da cooperação no trabalho e através de uma racionalidade econômica própria.

Valorização do trabalhador enquanto empreendedor

Ao atuar em territórios carentes de capital humano e de capital social, deslocados dos eixos hegemônicos de desenvolvimento capitalista, os CONSAD irão deparar-se com um problema inicial de grandes dimensões: a pulverização e a baixa auto-estima dos trabalhadores locais. O sucesso das ações de segurança alimentar preconizadas pelo CONSAD dependem em ampla medida do empoderamento, da iniciativa e da valorização dos trabalhadores. Assim sendo, a construção e o fortalecimento de um circuito econômico sustentável baseado na cooperação e na solidariedade é uma importante estratégia de resgate da cidadania e da confiança do trabalhador nas suas potencialidades. Ela é uma condição inicial para a substituição da mentalidade de subalternidade, baseada na alienação do trabalho, para uma mentalidade em que o trabalhador identifique-se como proprietário e gestor do seu próprio trabalho.

Cooperação e Solidariedade como fator de eficiência

A economia solidária será impulsionada pelo CONSAD atendendo à necessidade de geração de empreendimentos que assegurem condições satisfatórias de trabalho e renda às populações locais. Frente à economia informal que pode reproduzir formas injustas e precarizadas de relação laboral, e frente à economia popular, que se caracteriza pelo trabalho produtivo no espaço doméstico, no círculo familiar, desarticulado externamente e com uma capacidade limitada de geração de valor por seu isolamento, a economia solidária diferencia-se por fazer da *cooperação* entre organizações diversas um valor a ser cultivado tanto em favor do bem-viver coletivo, quanto da eficiência e viabilidade financeira dos próprios empreendimentos. O CONSAD poderá assumir através de suas ações no campo da economia solidária uma opção de desenvolvimento dinâmico, rentável, com impactos sociais positivos que ultrapasse o nível da subsistência e maneje estratégias de crescimento. A partir dela será possível avançar na formalização de empreendimentos de economia informal e na transformação da economia popular em práticas solidárias e sustentáveis de desenvolvimento local, fortalecendo o arranjo socioprodutivo e institucional regional.

Objetivos do CONSAD na promoção da Economia Solidária

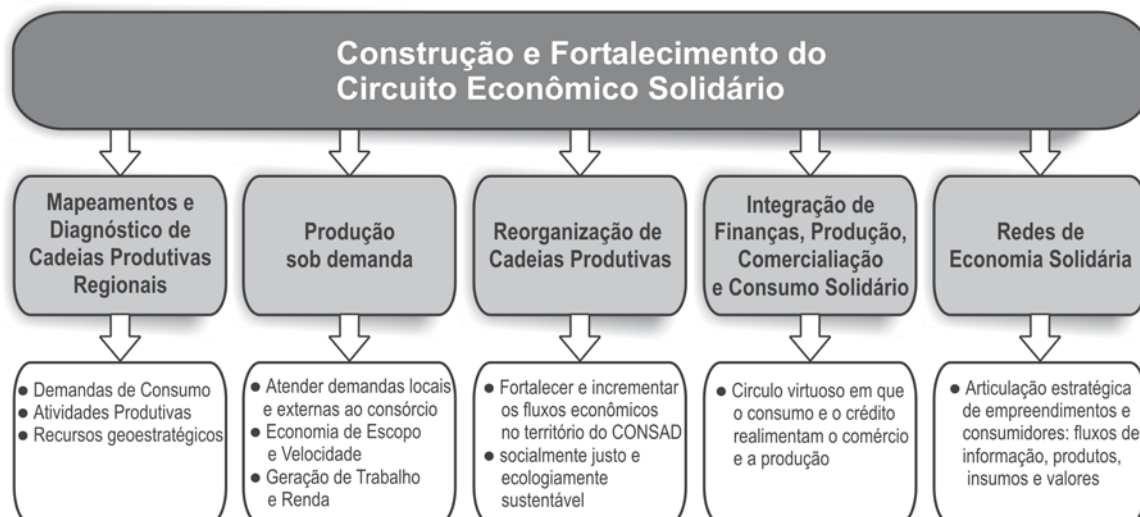
Em suma, o CONSAD poderá assumir opções estratégicas com potencial de desviar o foco da *Economia do Capital* – aquela em que a propriedade garante ao detentor do capital a maior parte dos ganhos do empreendimento – para o da *Economia do Trabalho* – que em o trabalhador obtém ganhos proporcionais ao seu trabalho.

É função do CONSAD, portanto, o impulsionamento de *Empreendimentos Econômicos Solidários*, baseados na cooperação do trabalho, autogestão nas decisões e propriedade coletiva do capital, que tenham em seu horizonte a reprodução ampliada do valor econômico, sem apropriação capitalista dos rendimentos. Para a alavancagem destes empreendimentos, é imprescindível que o CONSAD viabilize ações de dois tipos: construção e fortalecimento do circuito econômico solidário e de consolidação estratégica do empreendimento solidário na economia formal.

O esquema abaixo organiza as ações propostas para os CONSADs na promoção da economia solidária:



2. Construção e Fortalecimento do Circuito Econômico Solidário



2.1. Mapeamentos e Diagnósticos de Demandas e de Potencialidades

- Envolver, de maneira participativa, os atores que operam no território para a sua execução.
- Mapear as demandas de consumo no território, particularmente do segmento que está na condição de insegurança alimentar: alimentação, habitação, higiene e cuidados pessoais e serviços pessoais – ver anexo 1;
- Mapear atividades locais produtivas (inclusive de auto-subsistência familiares ou coletivas) que visam atender essas demandas, ainda que o façam de maneira incipiente – ver anexo 2;
- Mapear recursos típicos da região utilizados na satisfação dessas demandas ou que poderiam ser utilizados;
- Mapear sugestões/propostas/estudos de produção local que atendam tais demandas e que incorporem esses recursos como insumos;
- Mapear organizações da sociedade civil que estejam envolvidas com geração de trabalho e renda, apoio e assistência à população excluída na região;
- Realizar leituras documentais de planos, programas e projetos dos governos locais, no que tenham a ver com segurança alimentar e desenvolvimento local;
- Resgate de Propostas de Desenvolvimento já formuladas e projetos em curso no município e em suas regiões que tenham a ver com segurança alimentar e geração de trabalho e renda;

- Realizar diagnósticos de cadeias produtivas atuais e potenciais, com base no mapeamento e nas informações obtidas, cruzando os dados levantados, totalizando demandas, insumos produtivos e resíduos recicláveis e recursos geoestratégicos locais;

2.2. Produção Sob Demanda

- Articular as demandas de consumo locais já mapeadas com atividades produtivas locais ou regionais visando satisfazê-las.
- Induzir a população a organizar-se enquanto consumidores praticando formas de aquisição solidária e de integração com o pequeno comércio.
- Integrar os micro-empresendimentos de comércio, que atuam no atendimento da população excluída, para que possam operar sob a lógica de rede solidária ativando a circulação local da produção local.
- Constituir associações, feiras, mercados ou cooperativas de compras que permitam agrupar as demandas de consumo final e conectar produtores, comerciantes e consumidores.
- Elaborar projetos visando atender, sob princípios de economia de escopo e de velocidade, as demandas locais e externas ao consórcio que foram anteriormente mapeadas;
- Apoiar a criação de novos empreendimentos solidários em sistemas de rede, gerando trabalho e renda, visando atender às demandas permanentes de consumo final (solidárias e do mercado em geral) e de consumo produtivo (fornecendo insumos, matérias-primas e materiais secundários para outros empreendimentos produtivos) do território do CONSAD que ainda não sejam atendidas por produtores da região, e que o possam ser, valendo-se preferencialmente dos recursos geo-estratégicos mapeados.

2.3. Reorganização de cadeias produtivas

- Fortalecer e incrementar os fluxos econômicos no território do CONSAD, integrando os atores produtivos em processos de cooperação, potencializando a produção local, de maneira socialmente justa e ecologicamente sustentável, utilizando recursos regionais, visando atender tanto quanto possível as demandas levantadas.
- Promover o desenvolvimento de novos produtos, substituição de insumos e produtos finais provenientes de outras regiões (quando possível), etc;
- Constituir cooperativas integrando os produtores e prestadores de serviços (por ramos ou tipos de atividade), possibilitando-os atuar como fornecedores de outros empreendimentos locais e, com isso, comercializar a sua produção, bem como reduzir seus custos pela compra conjunta de insumos, compartilhamento da logística de distribuição, etc.

2.4. Integração de Finanças, Produção, Comercialização e Consumo Solidário

- Na constituição do arranjo sócio-produtivo local/regional, acionar as linhas de crédito disponíveis para dinamizar as atividades de produção sob demanda e para articular-se uma logística regional visando facilitar o escoamento e consumo da produção, gerando um círculo virtuoso em que o consumo e o crédito realimentam o comércio e a produção.
- Gerar programas de finanças solidárias, capacitação, transferência tecnológica e apoio aos empreendimentos e produtores, garantindo sua qualificação e aperfeiçoamento, regulamentação e interligação em redes.

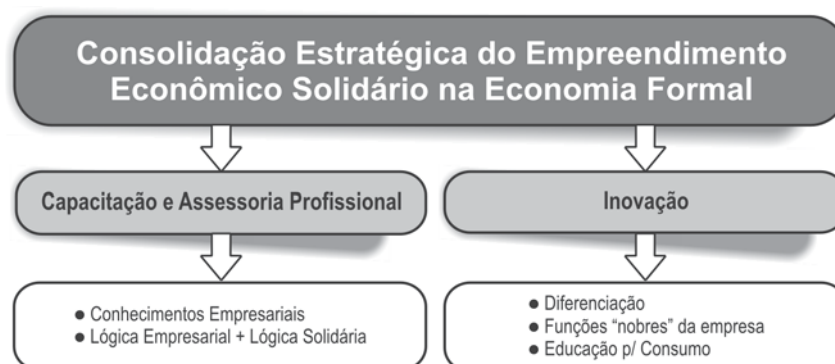
2.5. Redes de Economia Solidária

- Apoiar a organização de redes solidárias, integrando empreendimentos produtivos, produtores individuais e familiares, para aquisição conjunta de insumos, compartilhamento de infra-estrutura, redução de custos produtivos e de comercialização, intercâmbio de produtos e serviços entre si, fluxos de informação e de valores;
- Compartilhar informações e dar visibilidade aos empreendimentos, produtos e serviços, facilitando a articulação estratégica entre produtores, comerciantes e consumidores e dos produtores entre si;

A avaliação permanente dessa estratégia de economia solidária deve considerar a realimentação local dos fluxos de valores na produção e circulação de mercadorias, particularmente, seus impactos nas cadeias produtivas regionais, geração de trabalho e renda e na melhoria dos indicadores de consumo e de bem-viver. O principal objetivo destas ações, além de consolidar um novo modo de pensar e de organizar a produção e o consumo, é o de viabilizar a subsistência do trabalhador através de sua inserção como produtor e consumidor com autonomia em relação ao Capital.

Em síntese, o CONSAD facilitará a construção e fortalecimento de arranjos socioprodutivos locais, economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justos através da articulação estratégica do crédito, da produção, da comercialização, do consumo e da informação, bem como a inserção estratégica dos empreendimentos econômicos solidários, que ainda não sejam formalizados, na economia formal.

3. Consolidação Estratégica do Empreendimento Econômico Solidário na Economia Formal



3.1. Capacitação e Assessoria Profissional

Uma nova mentalidade + técnicas produtivas / empresariais

Se a economia solidária for assumida como opção estratégica num determinado CONSAD, é fundamental que as ações pertinentes sejam precedidas pela capacitação dos atores sociais, de modo que possam compartilhar uma nova concepção de relações econômicas (solidária e cooperativa) e para que tenham condições técnicas e organizacionais de gerirem seu próprio empreendimento dentro destes marcos, de maneira sustentável.

Alfabetização

Os processos de capacitação a serem desenvolvidos poderão devotar preocupação especial para a alfabetização e para a educação de jovens e adultos, entendidos como condições indispensáveis para o desenvolvimento das potencialidades a serem trabalhadas nos processos de empreendedorismo solidário.

Aspectos importantes nas ações de educação e capacitação solidária

Os principais objetivos das ações de educação e capacitação a serem empreendidas através do CONSAD são:

a) resgatar a auto-estima do trabalhador: através da construção de conhecimentos voltados para a valorização dos potenciais empreendedores do trabalho solidário e da cooperação, a educação e capacitação para a economia solidária devem contribuir para a formação de uma nova mentalidade, em que o trabalhador se reconheça como um potencial proprietário, empreendedor, gestor, trabalhador e inovador de empreendimentos baseados na cooperação.

b) construir uma visão orgânica do funcionamento da sociedade: os processos de capacitação e educação devem estar voltados para a construção de uma “cultura de parceria”. Em outras pala-

vras, devem formar uma mentalidade prática de cooperação e de compreensão da interrelação entre Estado, mercado, redes solidárias e sociedade civil, particularmente no que se refere ao desenvolvimento local.

c) desenvolver habilidades profissionais: as ações de capacitação devem voltar-se também para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a condução de empreendimentos econômicos numa lógica solidária, incluindo saberes na área da produção, gerenciamento, comercialização, estratégias de formação de redes solidárias, conhecimento de demanda, estrutura de custos, logística de distribuição, etc.

Empreendedorismo solidário

Trabalhador como empreendedor

Desenvolver o potencial empreendedor do trabalhador é o elemento chave para o sucesso de uma estratégia de segurança alimentar através da economia solidária. Eliminar a alienação do trabalhador inserido subalternamente ou excluído da economia formal significa oferecer ferramentas organizacionais para que obtenha sua subsistência através da gestão do próprio “negócio”, seja como um produtor / prestador de serviços autônomo, pelo desenvolvimento de grupos de trabalho, associações de trabalho ou cooperativas.

Capacitação e assessoria empresarial

Conhecimentos empresariais

Na medida em que um empreendimento econômico popular, informal ou solidário centrado apenas em atividades de subsistência, assumir novas feições de economia solidária potencializando sua capacidade de geração de trabalho e renda, de modo dinâmico e auto-sustentável¹, atingindo níveis de geração de excedentes que permitam seu crescimento endógeno, sua manutenção passará a demandar cada vez mais capacitação, formação e assessoria empresarial especificamente voltada para a gestão de empresas coletivas. Em pesquisa realizada no final dos anos 90, no Rio Grande do Sul, sobre iniciativas de geração de trabalho e renda², verificou-se que as condições socioculturais do grupo empreendedor foi um dos principais elementos para a evolução destas experiências em direção à sua constituição como empreendimentos econômicos rentáveis.

Assim sendo, ainda que os trabalhadores agreguem conhecimento prático do processo produtivo em si, a carência de conhecimentos técnicos, de experiência mercadológica e macro-institucional e de estratégias de rede torna-se um problema ainda mais grave na medida em que os empreendimentos econômicos solidários tornam-se mais complexos. A expansão destes empreendimen-

¹ Luiz Inácio Gaiger pontua que no Chile existem importantes experiências de *upgrade* de empreendimentos solidários de subsistência em focos dinâmicos de geração de renda (GAIGER, 1999, p. 5).

² Realizada por parceria entre a Unisinos, a Cáritas Brasileira Regional RS e a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre, com apoio do CNPq e da FAPERGS, tal como citado por GAIGER, 1999, p. 6.

tos de modo competitivo no mercado formal, com estratégias de rede que lhes permitam entreapoiar-se com essa finalidade, requer que se construa “*um quadro de administradores com competência adequada [às] novas (e inovadoras) situações*” (TAUILE e DEBACO, 2002, p.3).

Lógica Empresarial + Lógica Solidária

Os CONSADs, buscando parcerias para ações de capacitação e assessoria empresarial, articulam com os empreendedores solidários a lógica empresarial – baseada na busca de resultados, planejamento de ações, conhecimento de mercado e estratégias de rede, projeção econômica, otimização de fatores produtivos, humanos e materiais – e fortalecerão a lógica solidária, fazendo com que a cooperação seja um elemento de racionalização econômica. “*No solidarismo empreendedor, a racionalidade e a eficiência valem-se da cooperação, das potencialidades do trabalho consorciado, em favor dos pequenos produtores. A cooperação no trabalho, portanto, seria a alavanca que torna os EES [empreendimentos econômicos solidários] superiores ao trabalho artesanal e individualizado dos pequenos produtores autônomos, bem como mais produtivos que as empresas convencionais de mesmo porte*” (GAIGER, 1999, p.6).

Aspectos importantes nas ações de capacitação e assessoria empresarial

Nas ações de capacitação e assessoria empresarial, os CONSAD devem atentar para que os seguintes aspectos estejam presentes:

a) Cultura autogestionária: na medida em que se buscará a expansão da estrutura dos empreendimentos econômicos solidários e a formação de empresas coletivas, os CONSADs deverão atentar para o fortalecimento da cultura autogestionária, para que não se perca a cooperação entre trabalhadores, vantagem comparativa exemplar dos EES.

Esta preocupação deve estar principalmente na constituição de seu capital. Deve-se atentar para a distribuição democrática da propriedade por meio de cotas. Elas não precisam ser divididas em partes estritamente iguais, mas é recomendável que o sejam. Se alguém tem uma fração maior das cotas, a contrapartida deve ser mais trabalho a ser realizado ou outras formas de compensação. O objetivo de um EES não é o enriquecimento de uma minoria, mas a melhoria de vida de todos os trabalhadores proprietários e da rede solidária da qual fazem parte. Por fim, as cotas devem dar aos trabalhadores a consciência de que são proprietários coletivos de uma empresa, e que portanto, deverão socializar ganhos e perdas.

A cultura autogestionária deverá ser cultivada através de um Contrato Social Interno da firma (CSI), instrumento de formalização do compromisso cooperativo dos trabalhadores, onde estarão registradas as regras de democracia interna, de distribuição dos resultados, as tarefas a serem cumpridas por cada um, as garantias sociais, as responsabilidades pelo empreendimento, entre outros.

b) Criatividade Empresarial: as ações de capacitação empresarial terão como um de seus principais focos o desenvolvimento da criatividade para os negócios. Se neste passo da estratégia de fomento à economia solidária espera-se que os empreendimentos econômicos solidários - EES

possam competir em mercados capitalistas desiguais por definição, os empreendedores solidários necessitarão de um sólido conhecimento das características desse mercado, dos produtos e métodos desenvolvidos e de estratégias solidárias, para que com criatividade venham a burlar suas desvantagens competitivas em relação ao setor capitalista (menor capital disponível, menor acesso a recursos, maquinaria, por exemplo).

Além disso, é fundamental que os trabalhadores/gestores/proprietários aprendam a pensar sobre o processo produtivo que desenvolvem. Uma das características mais marcantes dos setores de ponta da economia capitalista nos anos 1990-2000 é a horizontalização dos processos de criação, *design* e inovação. Esta tendência iniciou-se em empresas japonesas, onde as tarefas de *troubleshooting* (resolução de problemas no processo produtivo) e de descoberta de inovações deixaram de ser desempenhadas exclusivamente por uma elite técnica, alocada no andar superior das instalações da fábrica, passando a ser igualmente exercida pelo trabalhador no *shopfloor* (no “chão da fábrica”, local onde se elaboram fisicamente os produtos). Os ganhos de produtividade destas empresas capitalistas elevaram-se substancialmente a partir das mudanças sugeridas pelos trabalhadores.

Assim sendo, a economia popular solidária tem uma vantagem comparativa crucial em relação às empresas capitalistas de porte similar, com métodos gerenciais tradicionais: não há exploração do trabalho e os gestores da produção são necessariamente trabalhadores. Em um ambiente no qual o trabalhador é também proprietário e gestor, como devem ser os empreendimentos econômicos solidários, o potencial de criação e inovação do trabalhador multiplica-se. Ele, além de atuar diretamente na produção (obtendo uma vantagem similar ao caso dos trabalhadores inovadores japoneses), irá empenhar-se mais na busca de soluções criativas para melhorar a qualidade, produtividade e reduzir o desperdício, visto que os ganhos serão apropriados coletivamente.

Em suma, ações voltadas para a capacitação e assessoria devem preparar o empreendedor solidário para o desenvolvimento de sua criatividade, que pelas características do trabalho solidário tenderá a ser muito maior que em um processo de trabalho subalternizado.

3.2. Inovação

Inovar é ser diferente

Inovação significa diferenciação. Um processo de inovação é aquele em que é modificado algum aspecto da produção ou da relação entre a empresa e os consumidores ou seus fornecedores ou entre a empresa e a sociedade, destacando um dado empreendimento econômico dos demais. Uma inovação pode ser o desenvolvimento de um novo processo de produção, a utilização de um novo insumo, a aplicação de conhecimentos científicos, o desenvolvimento tecnológico voltado para a produção e vendas, entre outros. Inovação pode ser também o desenvolvimento de propostas inovadoras em publicidade, em constituição de marcas comerciais, no recorte de novos segmentos de consumidores mais propensos a consumir os produtos da empresa. Inovação pode ser ainda o estabelecimento de novos tipos de parceria com atores sociais os mais diversos (o Estado, terceiro setor, agências, entre outros) que venham a expandir a capacidade de autosustentação da empresa.

A Economia atual e as “funções nobres” da empresa

A economia globalizada é hoje, mais do que nunca, uma economia de inovação. Muitos países – a exemplo do Brasil – foram surpreendidos nos anos 90 por estas radicais mudanças. Na indústria capitalista de ponta dos países desenvolvidos, a competitividade não se baseia somente na redução dos custos de produção. Esta é uma função menos importante se comparada aos investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento, *design*, logística, marketing e gerência de marcas, chamadas “funções nobres” da empresa.

As empresas que privilegiaram as funções ligadas à produção (melhor utilização de insumos, aumento da produtividade do trabalho com robotização, redução dos custos finais dos produtos) e não investiram suficientemente nas funções “intelectuais” da empresa acabaram tendo resultados desfavoráveis. Estas “funções nobres” geram um valor agregado muitíssimo maior que as funções de fabricação e montagem. Não é por outra razão que as empresas transnacionais tendem a implantar suas linhas de montagem em países com mão-de-obra barata e preservar o trabalho de *design* e gerência de marcas na matriz.

Podemos pensar, a partir disso, estratégias de inovação para empreendimentos econômicos solidários. Na maior parte dos casos os EES irão enfrentar, no território abarcado pelos CONSADs, empresas capitalistas de pequeno e médio porte, diante das quais eles têm vantagens inegáveis. Entretanto, em algumas situações os EES enfrentarão empresas transnacionais que investem milhões anuais em marketing e marcas (indústria de refrigerantes, por exemplo).

Nesses casos, os EES poderão atuar em nível local através de estratégias de educação para o consumo que identifiquem o produto com a cultura, hábitos e tradições da região. Isto significa dizer que os EES elaborarão produtos que irão concorrer com produtos de consumo de massa produzidos por pequenas, médias e grandes empresas inseridas no sistema hegemônico. Mas a diferença fundamental é que o produto do EES deverá ter identidade, uma marca comercial forte que o ligue aos gostos locais, sem descuidar das qualidades técnica, social, ambiental e dos preços.

Além de garantir a estratégia de segurança alimentar dos territórios em que estão inseridos, esses EES poderão atender as demandas de consumo das várias camadas sociais, tanto elaborando produtos de caráter popular quanto produtos altamente diferenciados e personalizados, voltados a segmentos com alto poder aquisitivo em nível local, nacional e global.

De qualquer modo, duas diretrizes não podem ser desprezadas: a) as inovações e o fortalecimento da capacidade de competição não podem gerar uma confrontação entre os próprios EES; b) a eficiência a ser buscada pelos EES não deve estar restrita à otimização dos ganhos da empresa; deve estar norteadas igualmente pelos ganhos ambientais e sociais.

Cabe salientar que a projeção de uma marca comercial regional é um elemento de agregação de valor aos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, conferindo-lhes grande vantagem comparativa frente aos demais, especializando-se a sua qualidade com ingredientes regionais, criando-lhe uma imagem associada à cultura e tradições locais, gerando laços de identidade com seus consumidores.

Diferentemente das grandes empresas que têm estratégias de marketing que tendem a eliminar a cultura e tradições locais impondo um padrão estético e um padrão de consumo homogêneos, os EES devem valorizar os elementos regionais, promovendo campanhas de educação para o consumo que vinculem a empresa e o produto à cultura local.

Frente à produção em escala e massificada pela grandes empresas reduzindo custos, a estratégia das EES pode ser a de investir na qualidade, singularidade e personalidade de seus produtos aliada a campanhas de educação dos consumidores. Produção sob demanda, economia de escopo e economia de velocidade na satisfação do bem-viver de consumidores conscientes da importância do desenvolvimento regional para o bem-estar de todos.

4. Instrumentos e Parceiros

4.1. Instrumentos para a organização dos Arranjos Sócio-Produtivos Solidários

No campo da economia solidária há um conjunto de práticas, estratégias e políticas públicas que podem ser utilizados instrumentos que viabilizem a constituição de arranjos socio-produtivos sustentáveis, nos campos do crédito e finanças, produção, comércio e consumo, integração e capacitação. Entre outros instrumentos a serem adaptados às diversas realidades locais, elencam-se:

- a) **Crédito:** cooperativas de crédito, fundos solidários de desenvolvimento local, bancos do povo, bancos comunitários e cartões de crédito solidário;
- b) **Produção:** empreendimentos autogeridos de produção e serviço, agricultura familiar e orgânica, serviços autônomos;
- c) **Comércio:** feiras e mostras de economia solidária, lojas e redes de comércio solidário, selos e sistema de certificação, catálogos de produtos e serviços, grupos de troca com moeda social, terminais de comercialização, comércio solidário internacional, sistemas com entrega em domicílio e comércio eletrônico;
- d) **Consumo:** grupos de aquisição solidária e cooperativas de consumo;
- e) **Integradoras:** bolsas de negócios, complexos cooperativos, redes de economia solidária, entrepostos regionais, portais da economia solidária na Internet;
- f) **Capacitação:** incubadoras de empresas, centros de apoio à economia solidária e educação à distância;
- g) **Outras:** licitações pulverizadas, primeiro emprego solidário e recomeço solidário.

Programa - Instrumento	Objetivos	Resultados
Crédito		
Fundo Solidário de Desenvolvimento Local	Financiar atividades dos Bancos Comunitários, Cartões de Crédito Solidários e Fundos Rotativos.	* Manutenção prioritária de atividades de micro-finanças solidárias sob gestão comunitária, alavancando práticas de consumo e produção solidárias em territórios periféricos e regiões desassistidas.
Banco do Povo	Fornecer microcrédito diretamente para pequenos empreendimentos e prestadores de serviços.	Viabilizar empreendimentos, preferencialmente solidários, e gerar postos de trabalho.

Programa - Instrumento	Objetivos	Resultados
Crédito		
Banco Comunitário	Gerar sistemas de microcrédito administrados pela própria comunidade, atendendo demandas de consumo e produção de um território ou comunidade local que é a sua área de abrangência.	Financiamento a pequenos empreendimentos produtivos comunitários e manutenção de cartão de crédito solidário.
Cartões de Crédito Solidário	Instrumentos implementados pelos Bancos Comunitários como forma de ativar as vendas de empreendimentos conveniados no comércio local (em um território ou comunidade) e induzir o consumo dos produtos gerados na própria região.	Atender à população carente de um território ou comunidade, financiando o seu consumo e permitindo o pagamento posterior em data prevista, possibilitando ampliar o poder de compra de seu recursos, participar de compras coletivas, etc.
Cooperativa de Crédito	Possibilitar que a poupança local possa financiar processos produtivos também locais.	Crédito a custo baixo para atender demandas dos processos produtivos e de comercialização.
Produção		
Empreendimentos Solidários de Produção e Serviço	* Organizar empreendimentos autogestionados para atender prioritariamente às demandas de consumo e serviços locais, privados e públicos.	Geração de postos de trabalho com distribuição de renda, atendendo inicialmente as próprias demandas de consumo da região.
Comercialização		
Feiras de Economia Solidária	* Possibilitar a comercialização dos produtos solidários e divulgação de serviços, facilitando o encontro direto entre produtores e consumidores * Levar os produtos e ofertas de serviços solidários aos diversos territórios e regiões. * Ofertar atividades de Educação Popular e promover manifestações culturais locais	Ampliação de vendas de produtos locais; conscientização de produtores e consumidores; resgate da cultura local
Loja de Comércio Solidária	* Manter locais permanentes de vendas de produtos solidários * Viabilizar a comercialização permanente nos municípios do CONSAD dos produtos fornecidos no Terminal Municipal de Economia Solidária.	Manutenção de espaço permanente de vendas nos territórios; escoamento da produção solidária do município e região
Comércio Justo Internacional	* Exportar produtos solidários para diversos países * Manter comunicação constante e atualização de informações junto à IFAT e EFTA, que são organismos que coordenam o comércio justo mundial e europeu.	* Divulgação Internacional dos produtos solidários brasileiros.* Colocação de produtos em novos mercados * Aumento de exportações * Ingresso de recursos internacionais nas comunidades
Mostras de Economia Solidária	* Divulgar os produtos e serviços ao público em geral * Facilitar parcerias e contratos entre empreendedores de um mesmo setor ou cadeia produtiva * Mapear empreendimentos, produtos e serviços * Realizar atividades educativas para empreendedores e consumidores, shows artísticos e eventos culturais.	* Divulgação dos produtos e serviços ao público em geral. * Integração de empreendimentos em complexos por setor ou cadeias produtivas * Levantamento de novos empreendimentos que possam se integrar às redes* Formação de produtores e consumidores * Resgate de manifestações culturais populares
Selo da Economia Solidária e Sistema Participativo de Certificação	* Identificar os produtos e serviços da economia solidária para os consumidores em geral * Assegurar as qualidades técnicas, ecológicas e solidárias dos produtos e serviços	* Logomarca identificadora, facilitando comunicação com clientes e campanhas de marketing unificadas * Confiança na qualidade dos produtos e serviços

Programa - Instrumento	Objetivos	Resultados
Comercialização		
Catálogos de Produtos, Serviço e Comércio	* Divulgar os produtos e serviços da economia solidária * Divulgar os pontos comerciais solidários (lojas, feiras, mercados, etc) * Levar informação adicional de campanhas de consumo solidário.	* Divulgação dos produtos, serviços e pontos de comércio solidários * Aumento das vendas * Visualização de possíveis parcerias entre produtores, comerciantes e prestadores de serviços.
Rede de Comércio Solidário	* Viabilizar o escoamento da produção do conjunto das Redes e dar suporte operacional às cooperativas e organizações de consumo. * Integrar lojas, feiras, quitandas, grupos de troca e outras formas de comércio solidário.	a) organização de mercados solidários, espalhados pelos municípios do CONSAD; b) geração de postos de trabalho; c) ganho no poder de compra de todas as famílias que se integrem ao sistema de compras solidárias; d) escoamento da produção das demais empresas integradas na Rede; e) circulação monetária interna ao sistema, realimentando novamente os processos de produção em um circuito auto-sustentável.
Grupos de Troca com Moeda Social / Cartão Inteligente	Ativar fluxos de intercâmbio comunitário locais, como forma de geração de renda suplementar aos participantes.	Ampliação dos níveis de consumo dos participantes e descoberta de novas aptidões produtivas; beneficiamento do comércio local com as transações operadas com moeda social ou sistema de cartão inteligente.
Terminal Municipal de Economia Solidária	* Abastecer as cooperativas de consumo, grupos de aquisição solidária e a lojas da rede de comercialização. * Interligar as lojas solidárias, organizações de consumo e empreendimentos produtivos aos entrepostos de economia solidária distribuídos nos estados, facilitando a circulação de produtos entre as diversas regiões.	* Acesso fácil aos produtos de economia solidária do município e da região, atendendo-se com agilidade às redes de comercialização e organizações de consumidores.
Consumo		
Cooperativas de Consumo e Grupos de Aquisição Solidária	* Facilitar o acesso a bens de consumo com qualidade técnica, ambiental, social e ecológica, a preços melhores ao conjunto dos consumidores.	Ampliação o poder de compra dos consumidores; conexão direta destes com os produtores e comércio local, contribuindo para o escoamento da produção com um justo preço.
Integradoras		
Bolsa de Negócios	Facilitar transações econômicas entre empreendedores solidários, cruzando ofertas e demandas por insumos, produtos e serviços, remontando cadeias produtivas, viabilizando a produção sob demanda, evitando a evasão dos recursos gerados no interior das Redes.	Fortalecimento das empresas integradas na Rede de Economia Solidária; correção dos fluxos de valores para que realimentem as cadeias produtivas da própria Rede e dos Complexos Cooperativos; mapeamento das cadeias produtivas; planejamento estratégico para a instalação de novos empreendimentos.
Redes de Economia Solidária	Integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços, crédito e consumo, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando novas empresas.	Otimização dos recursos dos empreendimentos pelas integração de suas ações, melhores condições de sustentabilidade, compartilhamento de infra-estrutura, organização de novos empreendimentos, gerando postos de trabalho; remontagem solidárias das cadeias produtivas, fortalecimento do desenvolvimento local, integrado e sustentável.

Programa - Instrumento	Objetivos	Resultados
Integradoras		
Complexos Cooperativos	Integrar empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, para estreita cooperação entre si.	Melhores condições de sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação dos empreendimentos e fortalecimento da comercialização.
Suporte		
Incubadoras de Empresas e Centros de Apoio à Economia Solidária	* Contribuir com o nascimento e amadurecimento de pequenos empreendimentos solidários, com acompanhamento especializado em cada área * Realizar atividades diversas de capacitação e apoio organizativo.	* Surgimento de pequenos empreendimentos solidários interligados em redes econômicas. * Capacitação de produtores, consumidores, empreendimentos e redes.
Suporte		
Primeiro Emprego Solidário	Proporcionar qualificação, estágios supervisionados e remunerados nos setores público e privado, preferencialmente em empreendimentos solidários.	Ocupação inicial para jovens.
Recomeço Solidário	* Proporcionar qualificação, trabalho e renda para trabalhadores na faixa etária acima de 40 anos em situação de desemprego de longa duração. * Facilitar a sua integração em empreendimentos de economia solidária, cooperativas e empresas de autogestão.	* Renda e ocupação para trabalhadores acima de 40 anos. * Montagem de empresas de autogestão integradas em redes solidárias.
Urbanização Comunitária	Proporcionar obras públicas, trabalho e renda para a população do próprio território.	Maior comprometimento da comunidade com a urbanização dos territórios, acesso aos serviços públicos básicos e geração de renda e postos de trabalho na própria comunidade.
Licitações Pulverizadas	Induzir os estados e municípios a desconcentrar os investimentos municipais, permitindo-se a participação de um maior número de empresas, dando-se preferência a empreendimentos de EPS.	Geração de trabalho e renda aproveitando-se os investimentos públicos municipal e estadual.

4.1.1 Alguns Detalhamentos

Formação de incubadoras

Os CONSADs poderão buscar parcerias para a formação de *incubadoras de empreendimentos de economia popular solidária* que identifiquem as demandas de potenciais empreendedores, realizem seminários de divulgação e mobilização, promovam dinâmicas de articulação entre os membros de empreendimentos coletivos, promovam simulações de negócios e assessorem a elaboração de planos de negócios.

Aspectos importantes nas ações de empreendedorismo

Ao promoverem a articulação entre parceiros para a formação de uma incubadora, os CONSADs devem atentar para os seguintes aspectos:

a) metodologia de acordo com a dimensão e natureza do empreendimento: sendo a função da incubadora de empreendimentos de economia popular solidária o fornecimento de assessoria (técnica, gerencial, contábil e de recursos humanos), deve-se atentar para a elaboração de diferentes “produtos” por parte da incubadora que possam contemplar desde empreendimentos de natureza coletiva, familiar, de pequenos grupos cooperados ou de trabalhadores desempregados que trabalhem na informalidade.

b) formação de agentes de desenvolvimento local: as incubadoras podem, em tempo hábil a partir do início de seu funcionamento, formar não somente empreendedores locais mas também agentes que possam contribuir para a identificação dos potenciais de geração de trabalho e renda e de formação de empreendimentos solidários. Estes agentes capacitados poderão contribuir solidamente para uma estratégia sustentada de desenvolvimento local, nutrindo os CONSADs, as incubadoras e os empreendedores de informações importantes sobre as possibilidades de expansão do circuito econômico solidário.

Comercialização e Consumo

A comercialização de produtos solidários

A comercialização de produtos solidários e o incentivo à formação de novos hábitos de consumo são dimensões fundamentais para o êxito da economia solidária. O circuito econômico solidário concretiza-se na medida em que os produtores solidários conseguem suprir suas necessidades comercializando ou trocando o produto de seu trabalho por bens elaborados por outros produtores solidários. É evidente que nem todas as necessidades poderão ser atendidas pela economia solidária local, mas o importante é que os CONSADs favoreçam, o máximo possível, a substituição de produtos do mercado por produtos solidários a fim de fortalecer o circuito econômico solidário e avancem na integração de redes solidárias regionais, ampliando-se o volume de consumidores e ofertas diversificadas de produtos e serviços.

Iniciativas de consumo solidário

Os CONSADs poderão buscar parceiros para a implementação de iniciativas de consumo solidário coletivo. A formação de cooperativas de compras coletivas são fundamentais para a obtenção de alimentos a preços menores, evitando assim o encarecimento dos produtos com a remuneração dos atravessadores. Estas cooperativas podem tornar-se ainda mais importantes na medida em que baseiem a maior parcela de suas compras em produtos solidários. Articulando parceiros para a formação de cooperativas de consumo solidário, os CONSAD estarão melhorando as condições de obtenção de alimentos saudáveis e financiando empreendimentos solidários (inclusive a agricultura familiar).

Grupos de Troca

O incentivo à formação de grupos de troca é outra importante estratégia a ser considerada como ação dos CONSADs. Um grupo de troca consiste em uma associação de produtores/consumidores que se comprometem a adquirir e fornecer produtos e serviços elaborados pelo seu próprio

trabalho. Agricultores familiares, produtores artesanais e pequenos prestadores de serviços associados num grupo de troca poderiam fomentar seus negócios na medida em que buscassem suprir suas necessidades pelo consumo da produção/serviços dos membros do grupo. Os grupos de troca devem utilizar uma *moeda local* ou *social* paralela à moeda nacional, criada pelo grupo e com validade somente entre os seus participantes. O fato de somente ter valor para a obtenção de bens e serviços dos membros é um mecanismo que estimula a geração e manutenção dos fluxos de renda nas localidades. Com este mesmo objetivo pode-se implantar um sistema de intercâmbio utilizando-se um cartão inteligente que armazena o volume de créditos em um chip, sendo utilizado como forma de pagamento e de recebimentos por vendas realizadas.

Lojas, Feiras e Mostras de Economia Solidária

A criação de lojas, redes de comércio, feiras e mostras de economia solidária devem ser igualmente incentivadas pelo CONSAD. A criação destes canais de comercialização são de fundamental importância para dar visibilidade à produção solidária, na medida em que funcionarão também como uma vitrine de uma economia alternativa. Para tanto, as lojas, feiras e mostras devem ser espaços de mobilização e organização da sociedade local, de expressão de suas manifestações culturais, de resgate da auto-estima dos trabalhadores, de atração de parceiros para empreendimentos e de conscientização de trabalhadores que sejam potenciais empreendedores solidários.

Sistemas de vendas e entregas em domicílio

Outra importante possibilidade é o incentivo por parte do CONSAD para a formação de sistemas de vendas e entregas em domicílio em médias e grandes cidades. Estes sistemas seriam formados por um ou mais estabelecimentos comerciais em áreas urbanas e entregadores atuando como postos avançados para entregas em domicílio e até mesmo *delivery* de produtos solidários. De acordo com as possibilidades, este sistema de entregas pode ser articulado, por exemplo, à vendas eletrônicas de produtos solidários, entregues através do mesmo sistema de distribuição ou via Correios.

Aspecto importante nas ações de comércio e consumo

Ao promoverem a articulação entre parceiros para o fomento a iniciativas de consumo e comércio solidários, é importante que os CONSADs atentem para a criação de fundos solidários. Uma vez que o objetivo maior da economia solidária é a promoção do bem-viver das populações, antes de acumular riquezas, os CONSADs deverão incentivar a retenção de parte dos lucros da circulação de produtos solidários em um fundo solidário. Este deverá ser investido na expansão dos canais de comercialização, na promoção de ações de educação e capacitação solidária, no fomento à produção, na oferta de produtos financeiros solidários, enfim, no fortalecimento do próprio circuito, tornando-o progressivamente sustentado.

Finanças Solidárias

Os CONSAD articularão atores para o oferecimento de produtos financeiros solidários – microcrédito em especial – que viabilizem a formação e o desenvolvimento de iniciativas de produção solidária, além de estimular o consumo de produtos solidários elaborados localmente. Através do financia-

mento da produção e do consumo, as finanças solidárias desempenham papel chave ao permitirem que a circulação de bens e serviços funcione em uma dinâmica retroalimentada, privilegiando a geração de trabalho e renda local.

Aspectos importantes nas ações de finanças solidárias

a) aval solidário

O objetivo das finanças solidárias é o de atender a populações cuja integração com o circuito financeiro formal é dificultada por exigências incompatíveis com a situação econômica destes tomadores de crédito. Assim sendo, além da necessidade de praticar juros abaixo do mercado, as finanças solidárias não podem condicionar a concessão de crédito a consultas cadastrais nem comprovação de renda. Parte substantiva do público alvo será de empreendedores ou potenciais empreendedores que sobrevivem na informalidade. Tampouco as finanças solidárias poderão basear-se em fiadores; seu objetivo maior é o de contribuir para a formação de uma mentalidade cooperativa, de laços de solidariedade locais e de empreendedores que estejam livres de relações de poder calcadas na exploração econômica. Assim sendo, é importante que a garantia do crédito solidário seja baseada no aval solidário. O aval solidário também pode ser exercido como forma de assegurar a tomada de empréstimos no mercado que exigem garantias para somas maiores.

b) estímulo aos arranjos socioprodutivos locais

As ações no campo das finanças solidárias não estão voltadas para a realização de operações financeiras formais, o que significa dizer que não têm como objetivo acumular capital emprestando dinheiro a juros e recebendo a remuneração por isso. Ainda que os bancos comunitários, populares ou outras iniciativas de finanças solidárias devam ser economicamente sustentáveis, a sua função maior é a de integrar os quatro momentos da cadeia produtiva solidária: o capital solidário, a produção sustentável, o comércio justo e o consumo ético. É para a dinamização do circuito econômico solidário que se voltam as ações de finanças solidárias

c) análise de crédito

Ao articularem parceiros para o fornecimento de crédito solidário, os CONSADs deverão atentar para o caráter fundamental dos agentes e analistas de crédito. Eles serão os responsáveis por examinar a viabilidade financeira dos empreendimentos, as possibilidades de comercialização dos produtos, as condições de articulação do empreendimento em redes solidárias e a sua complementariedade com outros empreendimentos locais. É imprescindível a existência de agentes que analisem as solicitações, que ofereçam suporte técnico e estratégico e que avaliem os resultados do crédito concedido.

Redes Integradoras e Processos de Informação

Redes solidárias

O CONSAD impulsionará a construção e o fortalecimento do circuito econômico solidário através da integração de consumidores, produtores e prestadores de serviços em forma de rede. Todos os agentes componentes desta rede devem ter o compromisso com o consumo solidário, ou seja,

preferencialmente consumir produtos, adquirir insumos e contratar serviços que sejam oferecidos por empreendedores organizados na própria rede. Para o fortalecimento do circuito, uma parte do excedente obtido com a venda e prestação de serviços solidários deve ser captada (através da organização de um fundo solidário ou do financiamento de atividades de finanças solidárias) e reinvestida na geração de novos empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, grupos de trabalho, etc.) ou no financiamento das atividades de empreendedores solidários autônomos. Pretende-se que esta lógica de solidariedade crie condições para uma contínua geração de novos postos de trabalho e para o aumento da produção (de alimentos ou de outros bens e serviços que atendam as necessidades locais, regionais e de outras regiões), melhorando progressivamente as condições de vida das pessoas articuladas na rede.

Importância da Informação nas redes solidárias

Esta integração ocorre através de articulação entre iniciativas solidárias, tais como, grupos de troca, cooperativas de compras coletivas, bancos populares solidários e cooperativas de produção e serviços. É preciso que os compradores coletivos, por exemplo, tenham conhecimento sobre quem são seus possíveis fornecedores solidários. Os empreendedores solidários, por sua vez, precisam conhecer quais outros produtores podem oferecer-lhes insumos para a sua produção. Ainda, é preciso que todos tenham informações a respeito das atividades e da existência do banco solidário, cooperativa de crédito ou outra iniciativa de finanças solidárias existente, a fim de poder utilizar seus serviços. Assim sendo, a difusão de informações é a ação-síntese que atravessa de modo transversal todas as demais ações que um CONSAD pode viabilizar. A busca de parceiros que contribuam para a estruturação de um sistema de comunicação e de difusão de informações é uma iniciativa estruturante, sem a qual dificulta-se a criação e o fortalecimento do circuito econômico solidário.

Criação de Empresas Coletivas

Este segundo conjunto de ações é proposto como uma estratégia avançada de desenvolvimento da economia solidária, voltada para situações em que já se encontre disseminada a mentalidade de cooperação e solidariedade, e que já exista uma quantidade razoável de empreendedores solidários atuando de modo sustentado. Seu principal objetivo é promover condições para que o maior número de empreendimentos econômicos solidários existentes superem sua condição de subsistência e tornem-se verdadeiras empresas coletivas, gerando excedentes que melhorem as condições de vida dos trabalhadores cooperados e permitam aumentar os recursos destinados aos os fundos solidários. Os empreendimentos econômicos solidários “*buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea. Preocupam-se com a eficiência e com a realização de benefícios que garantam a sua viabilidade financeira. Almejam ultrapassar o nível de subsistência e manejar estratégias de crescimento*” (GAIGER, 2000, pp.4-5).

Os CONSADs deverão facilitar este salto qualitativo através da busca de parceiros para ações que permitam uma expansão estratégica dos empreendimentos econômicos solidários articulados em redes em meios ao mercado formal.

Empreendimentos maiores auxiliam os iniciantes

Este segundo conjunto de ações não consiste em uma “segunda etapa” a ser iniciada após terminada a fase de fortalecimento do circuito econômico solidário; os dois conjuntos de ações deverão ser implementados simultaneamente. Isto significa dizer tão logo empreendedores solidários sejam formados, novas iniciativas econômicas solidárias forem aparecendo, bancos populares fornecerem produtos financeiros e as redes se estruturarem, os empreendedores solidários melhor sucedidos poderão ser encorajados a apresentar seus desejos e seus projetos de *upgrade* empresarial ao CONSAD, que buscará os parceiros necessários para a viabilização do salto. Para o circuito econômico solidário é valiosa a transformação qualitativa destes empreendimentos: na medida em que gerarem um excedente cada vez maior, maiores serão os recursos para a formação de novos empreendedores e maior será a geração de postos de trabalho. Ressalta-se que ao mesmo tempo em que empresas coletivas “avançadas” estiverem sendo formadas, novas pequenas cooperativas e empreendimentos “básicos” estarão também surgindo.

Empreendimentos maiores não devem destruir os menores

Assim sendo, um aspecto fundamental nesta dinâmica econômica solidária é que os empreendimentos que promovam seus saltos qualitativos não venham a debilitar os empreendimentos mais frágeis. Eles devem agir sob o princípio ético da cooperação e da solidariedade, que traz vantagens econômicas ao conjunto da rede. Da mesma forma, é importante que as empresas coletivas que forem formadas continuem respeitando os princípios da cooperação do trabalho, da propriedade coletiva do capital, da gestão democrática e da sustentabilidade ecológica. As mudanças qualitativas e quantitativas nas atividades e no funcionamento das novas empresas coletivas não significam sua adesão a formas de apropriação capitalista do excedente econômico. Os CONSADS poderão buscar formas criativas de evitarem estes problemas.

4.2 Parceiros

Dentre os potenciais parceiros que os CONSADS poderão buscar para empreender ações de fomento e articulação da economia solidária destaca-se um grande número de Organizações Não-Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público atuando no fomento a iniciativas de economia solidária, Redes e Foruns de Economia Solidária, Universidades e instituições de pesquisa públicas e privadas.

FBES - Forum Brasileiro de Economia Solidária

Organizado no final de 2002 e constituído formalmente em 2003, o FBES integra organizações e redes de todo o Brasil, podendo atuar como parceiro importante na articulação de atores locais e regionais que podem colaborar na organização dos CONSADS. É o principal interlocutor das organizações de economia solidária no Brasil junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é uma das secretarias do Ministério do Trabalho.

RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

Fundada em junho de 2000, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária articula organizações solidárias de diversos tipos (consumo, produção, comércio, trocas, finanças, capacitação, comunicação, etc) nas várias regiões do país, integrando redes e foruns, regionais e locais, em vários estados. Algumas organizações que dela participam têm considerável acúmulo no emprego de vários instrumentos, anteriormente mencionados, de economia solidária. A RBSES participa ativamente do FBES, tendo igualmente colaborado para a sua criação.

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão

A Anteag surgiu em 1994 e desenvolveu uma metodologia apropriada para que empresas, que estejam em situação falimentar, possam se converter ao regime de autogestão ou co-gestão, alcançando assim condições de sustentabilidade. Ela surge no interior do DIEESE e progressivamente é assumida pelos próprios trabalhadores das empresas que ela se associaram, que somam mais de 23 mil trabalhadores. Atua também na assessoria a entes públicos, na elaboração e execução de políticas voltadas a empreendimentos de auto-gestão e economia solidária.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas

O Ibase tem como missão “construir a democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã”. Tem presença ativa no campo da economia solidária no Brasil, tanto no Forum Social Mundial quanto no Forum Brasileiro de Economia Solidária, tendo sido uma das entidades integrantes do GTBrasileiro de Economia Solidária que atuou na constituição do FBES.

Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, CUT

Agência criada em 1999 pela CUT vem se especializando na organização de cooperativas de crédito integradas no sistema ECOSOL e na organização de complexos cooperativos. Sua finalidade é: “gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável... O processo de constituição da Agência iniciou com um amplo debate com o movimento sindical sobre a economia solidária, o desenvolvimento e a organização sindical, com a definição de prioridades regionais e a realização de um planejamento estratégico para a ação da ADS/CUT. Os princípios orientadores da ADS são a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento social e sustentável; a educação permanente dos trabalhadores; e o respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero. Cabe à ADS o desenvolvimento de programas de Crédito e Educação Solidárias, de pesquisas, de incubação e formação de Redes de Economia Solidária e ações institucionais que visam acompanhar permanentemente o andamento dos debates parlamentares sobre as questões relacionadas à economia solidária e na formulação de propostas para a legislação e acompanhamento, análise e formulação de propostas de políticas públicas para a economia solidária.”³

³ Agência de Desenvolvimento Solidário. <http://www.cutceara.org.br/ads>

Rede Solidária www.redesolidaria.com.br

Trata-se de um dos principais portais da economia solidária no Brasil, mantido pelo Instituto de Filosofia da Libertação - IFiL. É utilizado como meio de articulação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e de outras organizações. Nele estão disponíveis serviços gratuitos para divulgação e pesquisa de produtos e serviços de economia solidária (atualmente conta com mais de 800 empreendimentos mapeados), diagnósticos de cadeias produtivas, transferência de tecnologia, softwares solidários, material pedagógico, listas de diálogos para intercâmbios com organizações de economia solidária no Brasil e no exterior.

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, surgida em 1999, reúne 15 universidades em torno da proposta da economia solidária. Seu principal objetivo é reunir as incubadoras para a transferência de tecnologia e conhecimentos. Na Universidade de São Paulo (USP), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares apoia cerca de 60 grupos cooperativados que atuam nas atividades de costura, construção civil, reciclagem, jardinagem, artesanato, alimentação, creche popular, entre outras. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Incubacoop apóia 15 grupos rurais e urbanos, entre cooperativas legalizadas e grupos informais. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR) são apoiadas, entre outras, uma cooperativa de pescados e de produção de embalagens. Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a Intercoop orienta a formação de cooperativas, assessora outras já existentes e oferece cursos sobre cooperativismo. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através da COPPE já facilitou a formação de mais de 20 cooperativas em comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro, desde 1995.

Rede Unitrabalho

A Rede Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) reúne trinta e nove universidades públicas e privadas em 18 estados brasileiros através de seu Programa de Economia Solidária. Atua no fomento à criação de incubadoras de empreendimentos solidários, no estímulo ao fortalecimento de incubadoras já existentes e na sua integração aos núcleos de apoio à economia solidária nas universidades. O Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho atua diretamente como facilitador na criação e viabilização de EES oferecendo suporte jurídico, contábil, de marketing, e buscando parcerias para a comercialização dos produtos solidários, para a obtenção de crédito e para o acesso à políticas públicas. O programa visa ainda promover a articulação e integração dos empreendimentos pela formação de redes e disseminar informações sobre o funcionamento dos EES.

Cáritas Brasileira

Esta entidade é um “organismo internacional que no Brasil está vinculada à CNBB, atuando fundamentalmente junto a populações excluídas..., promovendo a organização de grupos associativos

no campo e na cidade através dos seus fundos de miniprojetos ou projetos alternativos comunitários (PACs) em quase todos os estados brasileiros, com incidência maior no nordeste e no Rio Grande do Sul onde surge, com maior peso, a articulação da economia popular solidária. A Cáritas contribui também, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, com a ASA (Articulação dos Fóruns do Semi-Árido) no nordeste, com as articulações e fomento das associações e cooperativas de catadores de papel e material reciclável em várias partes do país e com o fortalecimento do cooperativismo nos assentamentos da reforma agrária...”⁴

FACES do Brasil - Forum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil

Constituído recentemente, reúne organizações para viabilizar o comércio ético e solidário no Brasil, fomentando a “a criação de um ambiente favorável à construção e implementação de um sistema brasileiro de comércio ético e solidário.” Composto “por ONG’s, representantes governamentais, empresas, representações de trabalhadores e prestadores de serviços, este grupo agrega algumas das instituições que mais têm se destacado por trabalhar essa temática no Brasil.”⁵

Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária

Esta rede é “composta por representantes de administrações estaduais e municipais que assumem políticas e programas de apoio à economia solidária... Reúne mais de duas dezenas de representações, grande parte delas teve papel fundamental no apoio às mobilizações estaduais que confluíram para a constituição do Fórum Brasileiro [de Economia Solidária]”.⁶

ABCRED - Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares

Esta associação “congrega 46 instituições - entre ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), programas municipais e estaduais - de 19 estados brasileiros”. Ela se propõe a “...articular experiências e políticas governamentais que favoreçam as estratégias da economia popular e solidária.”⁷

CAEPS - Centro de Apoio à Economia Popular e Solidária

Em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, desde 2001 funciona o Grupo de Consumo Crítico Solidário e Coletivo, sendo uma iniciativa do CAEPS. O Centro é uma OSCIP que articula pessoas interessadas em desenvolver ações de fortalecimento da economia solidária, atuando na formação, organização, acompanhamento técnico no cooperativismo, associativismo, na autogestão, entre outros. Visa também organizar consumidores em cooperativas para o consumo crítico e solidário e sua conexão em redes.

⁴ Ademar BERTUCCI. *Economia solidária: uma política de direitos ou de desenvolvimento?*
<http://www.coreconrs.org.br/004.pdf>

⁵ www.bsd-net.com/docs/nft7.pdf

⁶ Ademar BERTUCCI. *Op.Cit.*

⁷ *Idem*

CAMP - Centro de Educação Popular

“O Camp é um Centro de Educação Popular que há 20 anos organiza trabalhadores urbanos e rurais... [no RS].” Entre seus projetos inclui-se o de “Desenvolvimento Regional Alternativo... em quatro regiões do estado: Metropolitana, Altos da Serra, Vale dos Sinos e Sul. Constrói com agentes locais formas de desenvolvimento alternativo para gerar trabalho e renda para a população da região, criando condições para a sobrevivência digna. (...) Em cada região são constituídos Fóruns de Desenvolvimento Regional Alternativo, formados por movimentos populares, conselhos municipais, regionais e membros de organizações não governamentais. Nestes fóruns são debatidos planos de desenvolvimento guiados em parâmetros de sustentabilidade, biodiversidade, equidade, solidariedade e cooperação. São combinadas formas diferentes de organização das atividades econômicas, levando em conta etnias, culturas, gênero, manifestações religiosas, democratização da sociedade e distribuição de renda, valorizando potencialidades regionais. Trabalha na construção e estímulo a tecnologias sustentáveis, para ampliar a produtividade, preservar e recuperar os recursos naturais.”⁸

Fundação de Economia solidária - FUNDESOL

“A FUNDESOL (Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em novembro de 2000. Sua criação foi estimulada pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza para responder à demanda por um desenvolvimento econômico com bases sociais e solidárias. Ela presta assistência educacional, gerencial e financeira a pequenos empreendedores gerando uma estratégia de rede entre consumidores, produtores, fornecedores e entidades comunitárias. (...) Através de uma política de finanças solidárias, a Fundesol estimula o consumo local, a criação e a ampliação de pequenas unidades de negócios solidários. Para tanto, oferece o Cartão de Crédito Solidário (CREDSOL), o Microcrédito Solidário (MICROSOL) e a Educação Solidária (EDUSOL) que, integrados, desencadeiam uma estratégia de fomento da economia local colaborativa. A FUNDESOL integra a Rede Brasileira e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, bem como a Rede DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), criando relacionamentos que favorecem o intercâmbio de tecnologias e a construção de um modelo de economia nacional baseado nos valores da ética, da solidariedade e da equidade social”.⁹

Banco Palmas

No campo das finanças solidárias, a experiência do Banco Palmas tornou-se uma referência exemplar. O Banco foi formado em 1998 pela Asmoconp (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira), em Fortaleza, Ceará. Seu objetivo é oferecer microcrédito para produção e consumo locais, a juros baixos, sem exigências cadastrais nem comprovação de renda ou de fiador. O Banco ainda desenvolve um grupo de trocas solidárias com moeda social (chamada Palmares), uma loja solidária, uma feira solidária, uma incubadora feminina de empreendimentos solidários, um laboratório de agricultura urbana, uma escola de socioeconomia solidária, um balcão de empregos

⁸ <http://www.camp.org.br>

⁹ <http://www.cdvhs.org.br> - link: Fundesol

ligado ao Sistema Nacional de Empregos (SINE) e fomenta grupos setoriais (grupos de pessoas que desenvolvem a mesma atividade econômica, voltados para a aquisição de insumos e compartilhamento de tecnologias e de estratégias de comercialização). O Banco Palmas desenvolveu ainda o Palmacard, um cartão de crédito solidário, com validade local, que estimula o consumo e a geração de renda. Formulou também uma metodologia participativa para o desenvolvimento sustentável que resulta na elaboração do PLIES - Plano Local de Investimento Estratégico, levantando as demandas de consumo do território, a partir das quais se planeja a montagem de empreendimentos solidários que, integrados em rede, operam na produção sob demanda, assegurando-se a sua sustentabilidade.

CRESOL - Cooperativismo de Crédito Rural

“Cre\$ol é um sistema integrado de cooperativismo de crédito rural com interação solidária. As cooperativas do Sistema Cre\$ol são instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, constituídas e administradas por agricultores familiares, articuladas com movimentos e organizações populares e integradas entre si através da Cre\$ol-Baser e das Bases Regionais de Serviço”. “Os princípios orientadores das Cre\$ol são a interação solidária, a democratização do crédito, a descentralização, a ampliação do acesso aos serviços bancários, a transparência e ainda contribuir para o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente correto”.¹⁰

PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul

Fundado em 1986, o PACS é uma organização dedicada ao Desenvolvimento Solidário, trabalha com pesquisa socioeconômica e educação e atua junto a “...grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escolas de trabalhadores), ...escolas públicas e...outras organizações de desenvolvimento solidário” “O PACS produz pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádios e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas.” Atualmente assessora três grupos de troca: Mutirão Quilombo da Baixada (Nova Iguaçu), Mutirão Quilombo da Serra (Teresópolis) e Mutirão Quilombo do Catete (Rio de Janeiro), sendo os dois últimos formados especialmente por populações de baixa renda. O PACS mantém viva interlocução com redes e organizações internacionais de economia solidária.¹¹

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

Atua há décadas “junto aos movimentos populares, sindicais e ambientais, traz, na sua história o apoio às ações comunitárias, entre elas, de atividades produtivas, a agricultura familiar, as compras comunitárias. Desenvolveu, nos anos 90, um banco de dados - Geração - de iniciativas de trabalho e renda e articula um projeto de diálogo entre pesquisadores e movimentos sobre a sustentabilidade e democracia... A FASE também... edita revista já consagrada entre as organizações dos movimentos sociais, a PROPOSTA, veículo de disseminação da Economia Solidária”.¹²

¹⁰ <http://www.cresol.com.br>

¹¹ <http://www.pacs.org.br/quemsomos.htm>

¹² Ademair BERTUCCI. Op.Cit.

IFIL - Instituto de Filosofia da Libertação

Organizado em 1995, o IFIL desenvolve atividades de pesquisa, capacitação, assessoria e suporte relacionadas com economia solidária e organização de redes. A partir de 1999 passou a implementar um projeto de difusão das Redes de Colaboração Solidária, apoiando a organização de redes locais, regionais, nacionais e internacionais. Entre as ações que desenvolve, atualmente, elenca-se: a publicação de materiais pedagógicos sobre redes de economia solidária, realização de cursos, seminários e assessorias sobre o tema e atividades de informática solidária, entre as quais se inclui a manutenção do portal Rede Solidária, criado há quatro anos.

Projeto Esperança (RS)

No Rio Grande do Sul, o Projeto Esperança da Diocese de Santa Maria, associado a um conjunto de outras entidades, promove uma das mais importantes feiras de economia solidária do País, a Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo. Neste evento, além dos participantes da economia solidária nacional, conta-se com a presença de muitas organizações de economia solidária estrangeiras. Em números de 2002, participaram 300 empreendimentos e expositores, 76 entidades apoiadoras, 330 variedades de produtos, 108 municípios de 7 estados diferentes, representantes de organizações de 7 países estrangeiros e de 12 universidades nacionais, tendo um público de 33 mil pessoas, estimando-se que mais de 100 mil pessoas tenham sido direta ou indiretamente beneficiadas pelos empreendimentos participantes da feira¹³.

Universidades na educação profissional e alfabetização

Ainda que as universidades não sejam instituições voltadas essencialmente para o desenvolvimento de atividades de educação de jovens e adultos, nem de formação profissional de nível médio, elas reúnem todas as qualidades materiais e de recursos humanos para atuarem como parceiras, podendo disponibilizar pessoal docente, funcionários e elaborar projetos de educação e capacitação. Experiências como o Projeto Rondon e o Universidade Solidária foram importantes pontes entre a universidade e comunidades distantes dos grandes centros, contribuindo pontualmente na redução da mortalidade infantil, da desnutrição e do analfabetismo. No entanto, estes programas foram insuficientes na medida em que a intervenção da comunidade universitária foi limitada no tempo e não teve uma dimensão estrutural. É importante que os CONSADs busquem parcerias com as universidades de um modo sustentado, por exemplo, através do compromisso de instalação de um “posto avançado” de uma Universidade na microrregião do CONSAD ou de postos móveis circulando entre os municípios do consórcio. Estes postos podem ser pontos de referência para as atividades de educação de jovens e adultos ou de formação profissional, oferecidas por professores e estudantes estagiários. As universidades podem também atuar disponibilizando instalações e materiais fixos para as atividades de capacitação, alfabetização e ensino profissionalizante.

¹³ MANCE b, 2003, p.160

Universidades, capacitação e assessoria empresarial

As universidades tem ainda plenas possibilidades - como de fato tem acontecido - de oferecer capacitação e assessoria empresarial, com enfoque específico para a gestão de empreendimentos econômicos solidários. Junto com a alfabetização e com o ensino profissional, a capacitação para o empreendedorismo, para o cooperativismo e para a solidariedade econômica são funções elementares para o sucesso de uma estratégia de economia solidária. E nestes campos, já existem bons exemplos de como as universidades poderão tornar-se parceiras dos CONSADs.

Universidade Federal de Alagoas

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também atua no fomento à economia solidária através de sua Incubadora de Empreendimentos Solidários, que vem atuando no desenvolvimento sustentável do povoado de Canastra, no município de Ibateguara, Alagoas. A incubadora atende à Associação dos Trabalhadores e Lavradores de Canastra (Atraca) na gestão da Fábrica de Doces Matuto na Praça, adquirida pela associação em 2002, produtora de bananada e goiabada. A parceria entre a Atraca e a UFAL visa desenvolver e aprimorar a produção, e focalizar o desenvolvimento da empresa através da autogestão. Através de um engenheiro agrônomo, a UFAL atua na assistência técnica aos produtores de banana e goiaba, visando melhorar a qualidade das frutas e torná-las mais adequadas para o uso em doces. A parceria também se estende ao Estado de Alagoas, que por meio de sua Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente acompanha o projeto visando minimizar o impacto ambiental causado pela fábrica. O projeto da UFAL é desenvolver a comunidade com base na experiência da Atraca, fomentando a criação de cooperativas de produtores de açúcar, fruticultores, fabricantes de embalagens e comerciantes de doces, através da capacitação nas áreas de cooperativismo, economia solidária, autogestão, gestão financeira e de pessoal, higiene, logística e armazenamento, entre outros.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através dos núcleos de Educação de Jovens e Adultos e do Núcleo de Economia Popular e Solidária, vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, acompanha iniciativas populares que tenham cunho coletivo, cooperativo e solidário. No ano de 1999 firmaram parceria com o Projeto “Acredite Belém Novo Pode Mais”, com a Prefeitura de Porto Alegre e com a ONG canadense ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) para desenvolvimento do Projeto Convivência Urbana. Nele, a UFRGS atuou na formação de uma cooperativa de trabalho (Cooperativa Mista de Trabalho do Extremo Sul) abrangendo trabalhadores da construção civil, serviços gerais, artesanato, alimentação e pescadores. Promoveram também parceria com comunidades e com a Coordenação do Programa Compras Coletivas da Prefeitura de Porto Alegre, que resultou na formação de uma Cooperativa de Compras Coletivas, envolvendo mais de 2000 pessoas. A UFRGS atua no assessoramento, transferência de tecnologia e educação continuada voltada para o cooperativismo. A cooperativa formada é a base consumidora de uma ampla rede de empreendimentos econômicos solidários; cerca de 50% dos produtos incluídos na sua lista de compras coletivas provém da produção realizada em EES .

Centro Universitário São Camilo

O Centro Universitário São Camilo (SP) vem desenvolvendo o programa Attende (Atendimento Técnico em Nutrição para Desenvolvimento Empresarial), onde professores e estagiários de nutrição fornecem gratuitamente consultoria e assessoria em nutrição para pequenas empresas de alimentos, ONGs e instituições filantrópicas. Os microempreendimentos recebem orientação mercadológica e de gestão de negócios, de educação culinária, segurança alimentar na cozinha, organização e planejamento, entre outros. Ainda, o mesmo centro universitário desenvolve o projeto ABC na Cozinha, curso de formação de ajudantes de cozinha.

CNPq

Outras entidade a serem contatadas como possíveis parceiras podem ser encontradas através da base de dados online do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O CNPq disponibiliza através de site específico (<http://lattes.cnpq.br/diretorio/>) informações sobre grupos de pesquisa de universidades e outros centros de pesquisa atuantes por todo o Brasil.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é outro potencial parceiro para a implementação de ações de economia solidária pelos CONSADs. Através do Programa Senai Solidário (<http://www.dn.senai.br/solidario/index.html>), foi estabelecido que cada um dos vinte e sete departamentos regionais da instituição deverá responsabilizar-se por oferecer serviços e ensino para entidades assistenciais, que venham a contribuir para a sua organização e fortalecimento. Pretende-se com esta iniciativa que o SENAI disponibilize todo o capital humano acumulado ao longo dos anos na instituição para o fomento a iniciativas com comprovada missão social e que não tenham fins eminentemente lucrativos, sendo privilegiadas as iniciativas de assistência a jovens e crianças, pessoas com necessidades especiais e idosos, preservação ambiental, saúde, educação e trabalho cooperativado. O Programa Senai Solidário prevê que a instituição atue na capacitação profissional, na prestação de serviços dentro das suas áreas de atuação através de seus alunos, docentes, técnicos, colaboradores e entidades parceiras, sendo incentivada a prática do trabalho voluntário.

SESI

A atuação do Serviço Social da Indústria (SESI) torna-o outro potencial parceiro para os CONSAD. Através do Programa Formação de Formadores em Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Universidade de Brasília e com a UNESCO, o SESI prepara educadores e profissionais para atuarem como tutores de educação à distância, orientadores acadêmicos e docentes. Através de parceria com o Ministério da Educação, o SESI também empreende o programa Por um Brasil Alfabetizado, que pretende alfabetizar dois milhões de pessoas em todo o País, já estando em atuação nos estados da Bahia, de Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Paraíba.

SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) também desenvolve ampla gama de ações através das quais pode tornar-se parceiro dos CONSADs no fomento à economia solidária. O SENAC Rondônia vem levando os princípios da segurança alimentar e a capacitação profissional para ambulantes de Porto Velho, através de cursos de manipulador de alimentos. O SENAC Rio de Janeiro, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e com o Ministério do Trabalho desenvolve Projeto Apareça e Cresça, de impulsionamento de micro e pequenas empresas, buscando desenvolver novas visões de mercado, formas inovadoras de inserção competitiva e de redução da mortalidade das pequenas empresas. Muitos outros projetos podem ser atraídos pelos CONSADs ou desenvolvidos especialmente pelo SENAC para o fomento da economia solidária e para a segurança alimentar.

Parcerias com o setor privado

Importantes parcerias podem ser estabelecidas com o setor privado. Um dos problemas enfrentados pelos EES é a comercialização de seus produtos junto a novos mercados consumidores. Redes de supermercados nas grandes cidades podem ser convidadas a ceder espaços em suas gôndolas, ou mesmo permitirem aos CONSADs que instalem estandes para a venda e propaganda dos produtos solidários. Obtendo-se um canal de contato direto com o consumidor, seria possível expandir sensivelmente os rendimentos dos produtores. Outros parceiros - no setor privado ou público - poderiam ser buscados para viabilizar o transporte dos produtos até os mercados urbanos.

Bibliografia

ARRUDA, Marcos. *Sócioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima*. Rio de Janeiro: Ed. PACS, 1998.

BERTUCCI, Ademar. *Economia solidária: uma política de direitos ou de desenvolvimento?* <http://www.coreconrs.org.br/004.pdf>

CASTRO, Antonio Barros de e PROENÇA, Adriano. "Novas Estratégias Industriais: sobrevida ou inflexão?" IN: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord). *Como vão o Desenvolvimento e a Democracia no Brasil?* Rio de Janeiro, José Olympio, 2001, pp. 179-200.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. "Economia Popular, Solidária e Autogestão: o papel da educação de jovens e adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS)". IN: www.ecosol.org.br.

GAIGER, Luiz Inácio. "A Economia Popular Solidária no Horizonte do Terceiro Setor". ISTR's Fourth International Conference, Dublin, julho de 2000. IN: www.ecosol.org.br.

_____. "O Trabalho ao Centro da Economia Popular Solidária". XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, GT-20 "Trabalho e Sociedade – Sessão 2", 1999.

LECHAT, Noëlle M. Paule. "As Raízes Históricas da Economia Solidária e o seu Aparecimento no Brasil". II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, março de 2002. IN: www.ecosol.org.br.

LISBOA, Armando de Melo. "Os Desafios da Economia Popular Solidária". www.ecosol.org.br.

MANCE, Euclides André. "Cadeias Produtivas Solidárias". IN: CATTANI, Antonio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz, 2003 a, pp. 26-28.

_____. (org). *Como Organizar Redes Solidárias*. Rio de Janeiro, DP&A / FASE / IFIL, 2003 b.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo. "Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores". VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos, maio de 2002, Curitiba. IN: www.ecosol.org.br.